
Problemas de transliteração na edição de textos medievais

António Emiliano
Universidade Nova de Lisboa
ah.emiliano@fesh.unl.pt

Resumo:

A edição de um texto medieval é um processo de mediação que afasta o texto do seu modo original de representação, de acordo com a perspectiva interpretativa do editor. Neste artigo faço a distinção entre transcrição (reprodução do conjunto de caracteres presente no texto) e transliteração (substituição de um conjunto de caracteres), e argumento que (1) a transcrição de um texto medieval é tanto mais fiel ao manuscrito original quanto menos operações de transliteração envolver, e (2) as edições conservadoras para estudos linguísticos devem idealmente constituir-se através de transcrições estreitas que impliquem um mínimo de operações de transliteração. São em seguida discutidos quatro tipos de edição, de diverso grau de conservadorismo, ilustrados através de um testamento privado de 1210.

Palabras chave:

Edição de textos medievais, filologia, português medieval.

Abstract:

The edition of a medieval text is a process of mediation which distances the text from its original mode of representation (according to the interpretive framework of the editor). In this article I discuss the distinction between transcription (i.e. the reproduction of the character set present in the text) and transliteration (i.e. the replacement of the character set present in the text by another set). I also argue that the transcription of a medieval text is the more faithful the less operations of transliteration it involves, and that conservative editions meant primarily for linguistic studies should ideally be based on narrow transcriptions with a minimum of transliteration. Four types of edition with different degrees of conservatism are then considered; each type is illustrated by means of a private will from 1210.

Key words:

Edition of medieval texts, philology, medieval Portuguese.

1. Transcrição vs. transliteração

A edição de um texto medieval resulta sempre de um programa editorial, o qual pressupõe uma perspectiva ou interpretação dos dados textuais. Com efeito, a

edição de um texto é um processo de mediação que afasta sempre o texto do seu modo original de representação, de acordo com a perspectiva interpretativa do editor; assim sendo, não há edições definitivas ou absolutamente objectivas, como nota Peter Robinson:

Interpretation is fundamental to transcription. It cannot be eliminated, and must be accommodated.

(Robinson 1994: 9)

e, mais adiante:

Transcription of a primary textual source cannot be regarded as an act of substitution, but a series of acts of translation from one semiotic system (that of the primary source) to another semiotic system (that of the computer). Like all acts of translation, it must be seen as fundamentally incomplete and fundamentally interpretive. (*ibid.*).

De acordo com os objectivos específicos do editor, que se definem em função de aspectos como o(s) público(s) a que se destina a edição, a mediação editorial poderá afastar em maior ou menor grau o texto medieval na sua versão impressa do seu modo de existir no suporte original manuscrito. Se para determinado tipo de edição esse afastamento pode ser vantajoso, por garantir, por exemplo, a facilidade de acesso ao conteúdo do texto, para uma edição destinada a estudos linguísticos esse afastamento pode, de facto, impedir a realização da análise linguística a partir do texto publicado.

Pretendo reflectir neste trabalho sobre o tipo de operações de transcrição e transliteração envolvidos na publicação de fontes medievais para a história da língua portuguesa: quero centrar a discussão na edição de testemunhos e, portanto, na constituição de **documentos linguísticos**, pelo que excluo liminarmente da discussão a constituição de um texto crítico pela comparação e colação de diversos testemunhos de textos de tradição múltipla (a edição crítica não gera dados linguísticos, no sentido de atestações, mas sim formas mais ou menos conjecturais que reflectem as hipóteses do editor sobre o texto). A edição de fontes para a história da língua portuguesa deve circunscrever-se à edição de testemunhos, e deve renunciar a qualquer tentativa de reconstrução crítica de um texto.

A edição que interessa aos linguistas e aos historiadores da língua é aquela que apresenta um grau razoável de fidelidade aos dados textuais:

O linguista quer a edição diplomática. A ele interessa o conhecimento integral do manuscrito: os hábitos de escrita, os erros, a ausência ou presença de acentos e pontos, a regularidade ou irregularidade deste ou daquele grafo, as correcções, as rasuras, etc. Uma boa edição diplomática é aquela que responde a todas estas

exigências. Esta deverá ainda dizer-lhe rigorosamente como procedeu, se trabalhou directamente com o manuscrito, se o leu por microfilme ou fotografia, e que tipo de táticas adoptou.

(Castro / Ramos 1986: 116)

Mas como se mede ou estabelece essa fidelidade, e em que tática editorial se deve traduzir? Se é hoje pacífico que uma edição de um texto medieval para estudos linguísticos deve ser de tipo conservador, não é absolutamente clara a forma como se define e estabelece na prática esse conservadorismo.

Por exemplo, para a generalidade dos editores de textos medievais portugueses, sejam linguistas ou paleógrafos, a separação de palavras que o manuscrito apresenta, por ser distinta da noção moderna de palavra gráfica (que é de ordem lexical), deve ser alterada de forma a conformar-se com os critérios hoje vigentes de segmentação das unidades lexicais na escrita. Também a distinção entre determinados caracteres que os manuscritos apresentam, quer se trate de letras, quer se trate de sinais abreviativos, parece ser despicienda para a generalidade dos editores modernos. Parece ser ponto assente para a generalidade dos editores de textos medievais portugueses que a edição de um texto medieval, mesmo quando se afirma conservadora, deve passar pela alteração drástica de aspectos que como que constituem a sua fisionomia gráfica, nomeadamente, do conjunto de caracteres original.

Em minha opinião, o principal problema em torno da constituição de uma edição conservadora reside no entendimento que se faz habitualmente de **transcrição**. A transcrição é a fase inicial da “fixação” do texto que estará na base da edição, e corresponde à materialização de uma leitura: quanto mais conservadora pretender ser a edição, mais **estreita** (no sentido de mais detalhada, e mais próxima da realidade manuscrita) deverá ser a leitura sobre a qual assenta.

É na fase da transcrição que o editor se confronta directamente com o texto no seu suporte original (perante o próprio manuscrito, ou perante um bom facsímile do mesmo), e inicia o processo de mediação do texto manuscrito no sentido de o transplantar para um *medium* impresso, cujas convenções gráficas são, naturalmente, distintas das convenções que determinaram originariamente a *mise en écrit* do texto.

No entanto, na generalidade das edições a transcrição do manuscrito medieval é acompanhada de uma série de operações e procedimentos de transliteração, os quais são genericamente descritos nas ‘normas de transcrição’ ou ‘critérios de transcrição’ que acompanham geralmente as edições. A generalidade dos editores de textos medievais parece ignorar a diferença entre transcrever e transliterar, subsumindo o segundo procedimento na descrição do primeiro.

Para que a discussão da edição de fontes para a história da língua portuguesa possa ser adequadamente situada e fundamentada torna-se crucial distinguir operações de transcrição de operações de transliteração no processo de mediação do texto medieval que toda e qualquer edição acarreta.

Para que se possa definir de forma adequada o que se deve entender por transcrição é fundamental introduzir a **distinção entre carácter e glifo**.

O carácter deve ser entendido como a entidade mínima de um sistema de escrita, independentemente da língua a que o sistema de escrita está associado, ou seja, independentemente de qualquer segmentação linguística. Não se deve confundir carácter com grafema, este último também uma entidade mínima abstracta: o carácter é a unidade mínima de um alfabeto, ou melhor, de um conjunto de caracteres, enquanto o grafema é a unidade mínima de uma ortografia, ou sistema grafémico. O carácter define-se portanto à margem de (na realidade, previamente a) qualquer estatuto grafémico/representacional que possa adquirir no seio de uma ortografia particular: aliás, a partir de um único conjunto de caracteres podem ser constituídas diversas ortografias associadas a diferentes línguas. É o caso do alfabeto romano, ou do alfabeto árabe, que estão na base de diversos sistemas grafémicos associados a línguas muito distintas do latim ou do árabe clássico.

Os conjuntos de caracteres necessários para a representação em computador das diversas ortografias do mundo são hoje objecto de normas internacionais, de forma a permitir o intercâmbio e a preservação normalizada de ficheiros de texto ¹. Os conjuntos de caracteres ('coded character sets') constituem-se pela associação de cada carácter (forma abstracta, independente de qualquer representação gráfica) a um número, que é único, e não contém qualquer instrução relativa à visualização dos seus elementos.

O glifo, no sentido mais estrito do termo, é a manifestação física de um carácter num determinado suporte de escrita². O tipo de computador 'Times' permite a representação gráfica do conjunto de caracteres ASCII (i.e. '7-Bit American Standard Code for Information Interchange'), ou outro, através de um conjunto de glifos distintos, por exemplo, dos do tipo 'Courier': ou seja, de acordo com o tipo

¹ Cf. American National Standards Institute (<http://www.ansi.org/>), International Organization for Standardization (<http://www.iso.ch>), International Electrotechnical Commission (<http://www.iec.ch>), Unicode (<http://www.unicode.org>).

² A relação entre caracteres e glifos não é necessariamente biunívoca. A relação mais simples é a que existe entre um carácter simples, e.g. 'a', e um glifo que o permite visualizar num determinado tipo. Caracteres compósitos como 'á' ('acute') ou 'ã' ('atilde'), compostos por dois caracteres, são visualizados por glifos que contêm a 'renderização' simultânea, numa única imagem, dos dois caracteres, a letra e o diacrítico. Assim, um glifo pode representar um carácter (é o caso do 'a'), uma parte de um carácter (é o caso do til isolado), ou mais do que um carácter (é o caso do 'a' associado ao til em 'ã').

utilizado, o mesmo conjunto de caracteres pode ser representado e visualizado de forma distinta.

Numa escrita impressa cada carácter é idealmente realizado por glifos idênticos: uma vez que nos tipos de imprensa, ou numa máquina de escrever, cada glifo é gerado independentemente e de forma mecânica, podem ocorrer pequenas diferenças, pequenos desvios resultantes de pequenos defeitos do material de impressão. Nos tipos de computador, sobretudo quando visualizados num ecrã, a identidade dos glifos associados ao mesmo carácter é absoluta.

Numa escrita manuscrita um carácter manifesta-se através de um conjunto de glifos tendencialmente semelhantes, que definem as características de uma determinada mão. A maior ou menor cursividade de uma escrita manuscrita pode resultar numa maior ou menor divergência dos glifos, a qual pode também depender do contexto gráfico, através dos nexos literais próprios de cada tipo de escrita.

Ora, a **transcrição** em sentido estrito de um texto antigo deve ser entendida como a reprodução de um texto através da **reprodução do conjunto de caracteres presente no texto**, e através de glifos minimamente divergentes dos glifos originais.

Assim, a transcrição de um texto egípcio hieroglífico implica a reprodução dos hieróglifos presentes no texto num novo suporte (manuscrito ou impresso) – um egipólogo não esperará nem mais nem menos de uma edição de textos egípcios. Um helenista esperará que a edição de um texto grego utilize o alfabeto grego, mantendo, por exemplo, a distinção gráfica entre sigma minúsculo inicial e medial ‘σ’ e final ‘ς’, apesar de esta distinção entre dois caracteres não ter “significado linguístico”, ou seja, não corresponder a nenhuma distinção fonética ou fonémica. Da mesma forma, também um anglo-saxonista esperará que uma edição de um texto em inglês antigo preserve a ocorrência dos caracteres ‘þ/ư’ (‘thorn’) e o ‘Ð/ð’ (‘eth’), apesar de ambas as letras representarem indistintamente os dois alofones [θ] e [ð] do fonema /θ/ do inglês antigo, para não falar do ‘ȝ/Ʒ’ (‘wynn’) em vez de ‘w’, ou do ‘ȝ’ (‘yogh’) em vez de ‘g’, que algumas edições mais escrupulosas mantêm.

A **transliteração**, ao contrário, implica a **substituição de um conjunto de caracteres** por outro; ou seja, a transliteração de um texto é a sua representação através de um conjunto de caracteres distinto do original.

O termo transliteração é mais habitualmente associado à substituição dos caracteres de um sistema de escrita não baseado no alfabeto romano por letras do alfabeto romano: por exemplo, a transliteração do ‘devanagari’ (o sistema de escrita silábica associado ao sânscrito) é feita de forma normalizada por sanscritólogos, indianistas e indo-europeístas de todo o mundo. Em casos como o sânscrito, o grego clássico, o árabe clássico, ou o eslavónico antigo, a transliteração com o alfabeto romano não levanta grandes problemas, porque se aplica a ortografias estabiliza-

das/codificadas, por um lado, e a ortografias em que a estrutura das representações grafémicas é basicamente linear.

As escritas medievais, apesar de baseadas no alfabeto romano, obedecem a princípios diferentes dos das ortografias modernas: utilizam um conjunto de caracteres distinto do conjunto de caracteres em que se baseia a generalidade das ortografias europeias modernas, e não obedecem ao simples princípio alfabético no caso dos sinais braquigráficos. O problema do braquigrafismo medieval é sem dúvida um dos mais complexos na transcrição de textos medievais, mas não é, certamente, o único.

Muitos paleógrafos/filólogos medievalistas não parecem dar-se conta de que ao transcrever textos medievais estão na realidade a transliterar, i.e. estão a substituir o conjunto de caracteres do manuscrito por outro, e a substituir as convenções escriturais que governavam a utilização desse conjunto de caracteres por outras convenções. De tal forma, que a introdução de espaços entre palavras, a “regularização” da capitalização, a introdução de pontuação moderna, a expansão de abreviaturas por sequências literais parece ser natural, inevitável, desejável, um dado adquirido das edições modernas de textos medievais.

Tendo em conta o que acima fica dito, é possível então abordar de forma adequada a questão do conservadorismo ou da fidelidade de uma edição de um texto medieval: **a transcrição de um texto medieval é tanto mais fiel ao manuscrito original quanto menos operações de transliteração envolver**, e as edições conservadoras para estudos linguísticos devem idealmente constituir-se através de transcrições estreitas que impliquem um mínimo de operações de transliteração. Daqui decorre que o conservadorismo que deve caracterizar a edição de uma fonte não é de índole fotográfica, mas de índole sistémica e estrutural, uma vez que o que está de facto em causa é a conservação pelo editor de aspectos básicos da estrutura segmental da escrita e da sua disposição no suporte, aspectos que relevam da intencionalidade textual e scripto-linguística do autor material do texto.

Neste contexto, vem a propósito abordar de forma genérica e programática o tratamento do braquigrafismo medieval: a questão que se levanta, concretamente, é como tratar editorialmente as abreviaturas sem distorcer significativamente a intencionalidade grafémica dos escribas, e sem vedar, conseqüentemente, ao leitor moderno o acesso à estrutura grafémica das *scriptae* medievais?

Considero que o tratamento das abreviaturas exige uma especial atenção, e sobretudo contenção, por parte dos editores: o braquigrafismo era um aspecto importante da escrituralidade medieval, e era com certeza um aspecto importante da competência escrital dos notários. Note-se que muitos elementos (palavras, morfemas, sílabas, letras simples e sequências de letras) surgem nos textos frequente e recorrente-

mente sob forma abreviada, quando não apenas sob forma abreviada. Assim, a transliteração mecânica de uma abreviatura para uma sequência extensa de letras que de facto o escriba optou por não escrever, ou aprendeu a não escrever, não pode deixar de constituir um importante factor de distorção relativamente aos hábitos contemporâneos de escrita dos notários medievais, que o editor deve pesar devidamente.

O próprio conceito de “resolução das abreviaturas” mostra como a natureza específica das grafias medievais escapa por vezes aos estudiosos modernos, que aí não vêem mais que um “problema” que deve ser “solucionado” na edição. Se de facto as abreviaturas são um “problema”, são-no apenas no sentido em que remetem para um tipo de escrita baseado em princípios diferentes dos das ortografias modernas. Esse aspecto das escritas medievais deve ser apreendido no contexto em que se manifestou e desenvolveu, e não avaliado, e muito menos julgado, em função de critérios que o descontextualizam cultural e cronologicamente, e que irremediavelmente o distorcem.

De facto, deve acentuar-se a noção de que a expansão de formas abreviadas (ou seja, a sua conversão em sequências de letras, representando linearmente lexemas e morfemas) altera radicalmente a fisionomia gráfica dos textos, e que o desenvolvimento de abreviaturas irá, inevitavelmente, distanciar ainda mais a edição do texto.

As únicas opções editoriais paleográfica e filologicamente consistentes com o propósito de preservar a configuração estrutural específica da escrituralidade medieval são:

(1) **não** desenvolver as abreviaturas — respeitando o carácter logográfico das abreviaturas vocabulares e o carácter grafémico das abreviaturas sistemáticas,

ou

(2) desenvolvê-las, se e só se a) a sua expansão for absolutamente inequívoca, b) a sua expansão não resultar de uma conjectura do editor, ainda que determinada pelo contexto linguístico, e c) a sua expansão for baseada numa transcrição prévia do texto que preserve todas as características do sistema grafémico do texto.

Esta atitude conservadora, que não pretende constituir um “fac-símile tipográfico” do texto (de pouca utilidade, aliás, mesmo para o especialista), é a única maneira de possibilitar o acesso por parte dos estudiosos ao sistema gráfico na sua integridade.

Qual é então o nível ou limite adequado de conservadorismo para uma edição de um texto medieval em termos gráficos e em termos grafémicos?

Em termos grafémicos a única posição cientificamente plausível é a da completa fidelidade aos textos: em caso algum é legítimo alterar as grafias originais, mesmo

sob a suspeita de lapso escribal – a lição do texto é inviolável. Esta é *grosso modo* a posição defendida por José de Azevedo Ferreira:

O editor deve respeitar o mais possível a grafia do texto, até porque o conceito de norma ortográfica na Idade Média não é o mesmo dos nossos dias. Por isso, uma edição científica deve reproduzir as diferentes grafias que o manuscrito apresenta, não devendo, em circunstância alguma, modernizá-las.

(Ferreira 1986: 58)

E, no entanto, mesmo a escrupulosa edição que o insigne filólogo fez do *Foro Real* de Afonso X apresenta intervenções editoriais explícitas e consideráveis (e.g. supressão das “plicas colocadas sobre as vogais duplas ou sobre «ij»”, utilização das maiúsculas “segundo as normas modernas”, pontuação “refundida”, colocação de diacríticos “em formas que poderiam suscitar dúvidas ou confundir-se com homónimas”, entre outras intervenções), que alteram significativamente a fisionomia gráfica do texto (q.v. Ferreira 1987: 116-122).

Em termos gráficos, ou seja, em termos da representação directa dos caracteres medievais, a questão do limite adequado de conservadorismo editorial é, de facto, menos linear.

No caso das edições para estudos linguísticos o limite do seu conservadorismo deve ser idealmente o das possibilidades de reprodução do conjunto de caracteres presente no manuscrito, o que implica a utilização de glifos especiais: ou seja, uma edição maximamente conservadora procurará empregar o mesmo conjunto de caracteres do manuscrito, incluindo os sinais especiais de abreviação, e respeitando todas as convenções grafémicas como capitalização, pontuação, separação de palavras, posicionamento relativamente ao regramento, etc.

Dadas as possibilidades de reprodução de glifos que os computadores permitem³, a solução óbvia parece ser a criação e utilização de tipos “medievais” de forma a

³ As possibilidades oferecidas aos filólogos pelas capacidades gráficas dos computadores esvaziam de conteúdo argumentos contra as edições diplomáticas, como o de Serafim da Silva Neto, ecoado aliás por Azevedo Ferreira (1987: 107, nt.3):

“A transcrição puramente diplomática é hoje um atraso. Ficamos sempre na estrita dependência do critério e da perícia do editor, que, no entanto, pode ler mal ou não compreender algumas palavras. Por outro lado, em muitos passos, as edições meramente diplomáticas são deficientes e imperfeitas, pois as tipografias modernas são incapazes de reproduzir certos sinais medievais. Com o actual progresso da técnica só se justifica a edição diplomática quando ela vem ao lado da fac-simile. Dessa maneira o leitor pode acompanhar e policiar a leitura.” (Neto 1956: 297).

Quanto à questão da incompetência eventual dos editores de textos medievais, e da necessidade de policiamento editorial por parte dos leitores, trata-se de um problema irresolúvel, no sentido em que qualquer tipo de edição (e não apenas as diplomáticas) pode e deve levantar a questão da fidelidade ao manuscrito, e hoje, tal como ontem, há bons e maus editores, bons e maus paleógrafos, bons e maus filólogos.

reproduzir com exactidão, já não apenas as grafias originais, mas também o conjunto de caracteres original, de forma a se obter uma transcrição minimamente interpretativa e maximamente escrupulosa do texto. Não se trata, obviamente de criar um “facsimile tipográfico”⁴, como já tive ocasião de afirmar noutro lugar:

O estudo linguístico de textos medievais obriga a um especial cuidado em transliterar, com a máxima fidelidade que os suportes materiais actuais permitam, e que o rigor dos estudos a efectuar exijam, as convenções gráficas originais: não queremos com isto advogar minimamente que as edições se devam assemelhar na sua fidelidade aos originais a reproduções facsimiladas, e que a edição em papel ou em suporte digital deve reproduzir com exactidão fotográfica todas as minúcias da mancha textual no seu suporte original. Pelas possibilidades que os computadores abrem no campo da criação e fácil manipulação de toda a espécie de símbolos e imagens, o principal obstáculo que se deve levantar à edição como *facsimile* deve ser de ordem epistemológica e não de ordem tecnológica. Com efeito, a edição tem o duplo objectivo de preservar e de disponibilizar os textos: torná-los acessíveis significa torná-los manipuláveis e susceptíveis de análise linguística. Os estudiosos dos aspectos materiais dos textos e da escrita no seu suporte original terão sempre de se confrontar com a realidade física e material dos mesmos, é esse o seu campo de actuação. O campo de actuação dos linguistas, pelo contrário, é o das representações grafémicas e linguísticas.

(Brocardo / Emiliano (no prelo))

Se, por outro lado, o objectivo do editor é garantir a máxima legibilidade ou acessibilidade dos textos medievais, preservando no entanto o rigor da transcrição, a posição mais adequada parece-me ser a da realização de edições interpretativas baseadas crucialmente em edições conservadoras fiáveis.

2. Tipos de edição

De acordo com os pressupostos acima expostos, proponho que a fixação de um texto medieval em suporte impresso para fins de análise linguística (ou seja, para fins da sua constituição em documento linguístico) passe pela realização ou, pelo menos pela consideração, de **quatro tipos de edição**, cada um mais modernizador que o anterior. Proponho assim a distinção entre quatro tipos possíveis de edição

⁴ O argumento contra as edições muito conservadoras baseado na possibilidade da realização de uma “edição facsimilada” também é actualmente desprovido de sentido, visto que para muitos estudiosos a análise do sistema de escrita é em si um objectivo, e só uma edição diplomática muito conservadora permite representar fielmente o conjunto de caracteres original. Não pode assim, em meu entender, sustentar-se hoje o tipo de reserva expresso nas Normas de 1944 do Consejo Superior de Investigaciones Científicas: «carece de utilidad la edición paleográfica total, pesada para la composición en la imprenta y supliada ventajosamente con la reproducción fotomecánica del manuscrito o de la parte pertinente de él.» (C.S.I.C. 1944: 16).

(diferenciadas pelo grau de conservadorismo, e pelos fins e públicos diversos a que se podem destinar), discriminando para cada um deles um conjunto de critérios de transcrição e transliteração:⁵

Tipo I — edição paleográfica com transcrição estreita em tipo medieval

Tipo II — edição paleográfica com transcrição larga em tipo medieval

Tipo III — edição paleográfica com transcrição larga em tipo normal

Tipo IV — edição interpretativa⁶

A necessidade de se considerar a realização de vários tipos de edição justifica-se pelo facto de nenhum tipo editorial poder, por si só, corresponder a todos os potenciais públicos da edição, mesmo no caso mais restrito de edições de fontes para estudos linguísticos: é o público-alvo da edição que determina, em última análise, a estratégia editorial a seguir.

Tipologias semelhantes foram já sugeridas para a edição de textos portugueses antigos. Refiro quatro.

Stephen Parkinson (Parkinson 1983) e João Sampaio (Sampaio 1999) propõem a realização de edições matrizes muito conservadoras em suporte electrónico: uma característica comum destas duas propostas é a possibilidade de se poderem gerar automaticamente outros tipos de edição a partir da matriz. Enquanto Parkinson se propõe atingir este objectivo através de uma série de macros que substituem símbolos ou sequências de símbolos por outros símbolos ou sequências, Sampaio propõe a criação de um tipo ('font') especial de forma a que cada carácter contenha informação sobre o modo da sua substituição (também feita através de macros) de acordo com o tipo de edição que se pretende obter. Ambas as propostas têm o óbice de produzirem edições matrizes de difícil legibilidade e de pouca utilidade para o formato impresso; por outro lado, também o facto de alguns sinais de abreviatura terem valores distintos de acordo com o contexto, podendo portanto ser transliterados por sequências literais distintas em contextos distintos, aumenta de forma incomportável a complexidade da codificação da edição matriz. A proposta de Sampaio tem ainda o inconveniente de fazer depender a codificação dos caracteres

⁵ A discussão de diversos tipos de edição que se segue não contempla a criação de textos para uso exclusivo em suporte electrónico, pelo que não discuto a questão da codificação dos textos de acordo com esquemas como o XML (*Extensible Mark-up Language*) ou o TEI (*Text Encoding Initiative*).

⁶ A aplicação destes critérios editoriais a um conjunto significativo de textos medievais está a ser objecto de discussão e definição no âmbito do projecto *Fontes para a História da Língua Portuguesa (FONTHIS)* da Linha de Investigação 4 'Linguística Histórica' do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (cf. <http://www.fcsh.unl.pt/clunl/linha4.html>)

da edição matriz da sua interpretação numa edição modernizadora: por exemplo, um ‘u’ com valor consonântico é codificado na matriz como um ‘u’⁷, isto é, um ‘u’ que deve ser substituído por ‘v’. A grande riqueza gráfica e grafémica dos textos medievais dificilmente poderá ser acomodada num sistema deste tipo, em minha opinião.

Luiz Fagundes Duarte propõe um modelo interactivo de seis tipos de edição em suporte electrónico (com diversos graus de conservadorismo), que “implica a construção de programas específicos e a criação de pelo menos seis fontes informáticas interactivas, que têm subjacente uma gramática e um dicionário previamente estabelecidos, tendo na devida conta critérios de época segundo a periodização estabelecida na história da Língua Portuguesa” (Duarte 1997: 414). Fagundes Duarte dá uma descrição sumária para cada uma das “fontes” (leia-se, ‘tipos’) – fonte medieval, fonte filológica, fonte gráfica, fonte morfológica, fonte fonética e fonte modernizante (*ibid.*), e não ilustra com textos; não explica a que “programas específicos” se refere, ou como constituir e a partir de que princípios/modelos a gramática e o dicionário; não é claro também a que periodização da história da língua portuguesa alude; sobretudo não explicita a arquitectura interna da edição electrónica interactiva, nomeadamente os mecanismos de “linkagem” entre as várias edições, nem propõe implementá-la num conjunto concreto de textos⁷.

Comentários de maior detalhe devem merecer as considerações do eminente paleógrafo Eduardo Borges Nunes, apesar de dispersas em diversas fontes, entre as quais apontamentos de lições de mestrado feitos por alunos. Faço aqui a recensão das suas propostas a partir de uma síntese publicada numa apostila (Nunes 1999).

Nunes propõe um “esquema de três tipos referenciais, articulados em degraus crescentes e cumulativos de modernização.” (Nunes 1999: 484). O tipo 1 é o mais conservador; Borges Nunes define-o da seguinte maneira:

O tipo 1 corresponde à transcrição paleográfica de álbum que agora pratico, com duas alterações: 1) deixar cair as representações das abreviaturas apenas às palavras desabreviadas; 2) nos erros, lacunas, correcções, adições e outros acidentes do original, só conservar no texto a versão corrigida, e dos sinais caracte-

⁷ Deve notar-se, a este propósito, a existência do Projecto “Philological Workstation” do Istituto di Linguistica Computazionale de Pisa, no qual se implementou a interactividade entre um facsímile de um manuscrito e uma edição, através do desenvolvimento de um inovador sistema de reconhecimento de caracteres. Para mais detalhes sobre este projecto ver <http://lingue.ilc.pi.cnr.it/philwork/Italiano/homepage.html>. Um sistema como o esboçado por Duarte seria teoricamente implementável num ambiente hiper-textual com hiper-ligações (‘links’) a permitirem a navegação entre as diversas edições, forma a forma. Um sistema interactivo deste tipo, que permite a ligação entre as formas de uma edição crítica e as diversas variantes presentes nos diversos testemunhos do texto foi já implementado no “Canterbury Tales Project” (cf. <http://www.cta.dmu.ac.uk/projects/ctp/>).

rizadores das anomalias só os [], descendo o resto para notas, nas quais os sinais anexos serão substituídos por caracterizações verbais.

(Nunes 1999: 484)

O tipo 1, acrescenta Nunes, “deseja conservar a ortografia e a pontuação do original” (*ibid.*) mas “descodifica as abreviaturas, sem avisar, caso a caso, onde o fez” (*ibid.*). A separação/união de palavras é totalmente modernizada, e renuncia-se à representação de caracteres medievais (literais ou de pontuação) “por não os haver na nossa tipografia” (*ibid.*). O tipo 2, mais modernizador, caracteriza-se pela “modernização total da maiusculação, a modernização moderada da pontuação, a moderadíssima da acentuação (quase só nas homógrafos [sic])” (p.485). É feita também introdução de sinais modernos de pontuação como pontos de interrogação e exclamação, aspas, travessão. O tipo 3, o mais modernizador “aplica ao texto a modernização da total da ortografia, com algumas hesitações em conservar a fonética original” (*ibid.*).

Como se vê, a estratégia de base proposta por Borges Nunes é razoavelmente intervencionista e interpretativa, mesmo no tipo mais conservador, não parecendo a mais consentânea com a edição de fontes para estudos linguísticos. Nunes considera, apesar de tudo, “circunstâncias minoritárias em que seja adequado o recurso a transcrições mais próximas do original que o tipo 1, ou mais afastadas que o tipo 3.” (*ibid.*) a que chama, respectivamente, “tipo infra-1” e “tipo ultra-3”.

Assim sendo, os Tipos I, II e III que acima referi e que abaixo descrevo em detalhe, parecem corresponder todos (em grau diferente) ao tipo “infra-1” de Nunes. O Tipo IV (edição interpretativa) corresponderia a um tipo “infra-3” que Nunes não contempla.

A prática dos editores de textos medievais portugueses enquadra-se, em geral, nos diversos tipos discriminados por Nunes, outro facto que justifica a análise em detalhe das suas propostas.

A grande diferença entre o quadro explicitado por Nunes, e o quadro implícito na prática da generalidade dos filólogos portugueses, por um lado, e a proposta que aqui se faz, por outro lado, é o facto de aqui se propor como regra, e não como excepção, a realização de edições muito conservadoras para fins de estudos linguísticos. Ou seja, aquilo que Nunes designa como “circunstâncias minoritárias” deve ser, em meu entender, o ponto de partida necessário e obrigatório (o caso geral, portanto) de qualquer edição fiável de um texto medieval.

No quadro editorial que aqui se propõe, a edição de Tipo I deve ser considerada como a **edição-matriz**, a partir da qual devem ser geradas as outras: quero com isto dizer que mesmo o filólogo ou o historiador que deseje apenas publicar uma edição interpretativa de um texto medieval está obrigado à constituição de uma edição que reflecta uma leitura conservadora do manuscrito. Só num segundo momento deve-

rá passar à transformação, mediante critérios consistentes e explícitos, da edição paleográfica em edição interpretativa, de forma a forma e de carácter a carácter.

Qualquer um destes tipos de edição se destina quer a suporte electrónico (por exemplo numa base de dados textual), quer a suporte tradicional em papel, e deve poder dar origem a versões criadas especificamente para processamento informático, pelo que nenhuma das convenções editoriais adoptadas pode depender exclusivamente de códigos de processamento de texto, como, por exemplo, o itálico: esses códigos não só dependem do software específico instalado no computador do criador da edição, que poderá ser diferente do dos usuários, como se perdem quando o ficheiro de texto é convertido num ficheiro ‘Só Texto’ (‘Text Only’ ou ‘ASCII’) para processamento informático.

Os diversos tipos de edição propostos são ilustrados através da transcrição de um documento notarial de 1210, o Testamento de *Petrus Fafiz* ou *Fafilaz*, que sobreviveu em dois testemunhos que documentam eloquentemente duas fases da *conscriptio* de um texto notarial português no início do século XIII. O testemunho A é claramente mais romancesado (i.e. “aportuguesado”) que B; B é, para além de mais alatinado que A, um texto mais completo, pois apresenta duas cláusulas finais de carácter dispositivo ausentes em A, e a reformulação de algumas cláusulas presentes em A. O texto, com os seus dois testemunhos, é um documento único para a história da escrita portuguesa medieval e, em particular, para a compreensão da génese da chamada produção portuguesa primitiva⁸.

Testamento de *Petrus Fafiz/Fafila* de 1210:

Testemunho A: versão preliminar (provavelmente destinado a uso estritamente privado) – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Simão da Junqueira, maço 5, documento 13.

Edição: Martins, A. M. (1999): “Ainda ‘os mais antigos documentos escritos em português’”. Documentos de 1175 a 1252”, in Faria, I. H. (ed.): *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão* (Lisboa: Edições Cosmos /Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), p. 522, documento 12 (=AMM1); Martins, A. M. (2001): “Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis”, in Biblioteca Nacional: *Caminhos do Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas – Catálogo* (Lisboa: Biblioteca Nacional), p. 54, documento 5 (=AMM2).

⁸ Apresento em Emiliano, A. (no prelo): “Observações sobre a ‘produção primitiva portuguesa’ a propósito do rascunho e do ‘mundum’ de um testamento de 1210”, in *Revista Portuguesa de Filologia*, um estudo detalhado das variantes textuais dos dois testemunhos.

- Assunto: *Petrus Fafiz*, “receando o dia de sua morte”, faz um testamento em benefício de diversos indivíduos e instituições religiosas.
- Testemunho B: versão definitiva com carácter dispositivo (*mundum*) – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Simão da Junqueira, maço 5, documento 14.
- Edição: Martins, A. M. (1999): “Ainda ‘os mais antigos documentos escritos em português’”. Documentos de 1175 a 1252”, in Faria, I. H. (ed.): *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão* (Lisboa: Edições Cosmos /Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), p. 523, documento 13 (=AMM1); Martins, A. M. (2001) “Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis”, in Biblioteca Nacional: *Caminhos do Português. Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas – Catálogo* (Lisboa: Biblioteca Nacional), p. 55, documento 6 (=AMM2).
- Assunto: *Petrus Fafilaz*, “temendo o dia de sua morte”, faz um testamento em benefício de diversos indivíduos e instituições religiosas, e encarrega o seu sobrinho *Menendus Petri* e o Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira de fazerem cumprir o seu testamento.

2.1. Edição de Tipo I – paleográfica com transcrição estreita em tipo medieval

Neste tipo de edição o objectivo é capturar todos os aspectos relativos ao **conjunto de caracteres** presente no manuscrito, e às convenções de utilização desse conjunto de caracteres: ou seja, trata-se de realizar uma transcrição minimamente interpretativa, com o recurso a um número mínimo de operações de transliteração. Isso resulta num grau elevado de isomorfismo entre o manuscrito e a edição, já que todas as distinções literais, algumas das quais estranhas ao conjunto de caracteres sobre o qual se estabeleceu a ortografia moderna do português, serão preservadas e representadas. Para esse efeito é utilizado o tipo ‘Medieval’ (criado por Maria José Homem Ribeiro)⁹ que permite a visualização de glifos medievais que não fazem parte dos conjuntos de caracteres modernos baseados no alfabeto romano.

Mais concretamente: não são expandidas as abreviaturas, sendo todos os caracteres de abreviação representados por glifos do tipo Medieval — sinal geral de abreviação, quer com valor especial (literal) quer com valor geral (vocabular), letras

⁹ Cf. Ribeiro 1995.

sobrescritas, sinais específicos de abreviação; a separação/união de palavras é dada tal como ocorre no manuscrito sem qualquer intervenção editorial; o mesmo se aplica à capitalização e à pontuação.

A intervenção editorial resume-se à numeração de linhas, e à representação de alguns acidentes de escrita (referidos e clarificados em nota se for caso disso), como lacunas, anulações escribais, ou interpolações escribais, não se fazendo qualquer restituição de texto.

Convenções editoriais:

<texto>	texto legível anulado ou rasurado; se a edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Strikethrough’, ex.: texto anulado; obs.: a inclusão na edição de etiquetagem SGML ou XML obrigará à substituição dos ângulos por uma outra convenção editorial
t e x t o	texto sopontado
<...>	texto ilegível anulado ou rasurado (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
[...]	texto ilegível devido a impossibilidade de leitura causada por acidente no suporte material (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
*	letra ilegível
< >	espaço em branco entre palavras deixado pelo escriba
[]	espaço em branco entre palavras provocado por lavagem ou raspagem
/texto/	texto (letras, palavras, ou sequências de palavras) interpolado na entrelinha superior; é colocado um ‘slash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: /texto/ /entrelinhado/ — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Raised Spacing’, ex.: / ^{texto} / /entrelinhado/

<code>\texto\</code>	texto interpolado na entrelinha inferior; é colocado um ‘backslash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>\texto\ \entrelinhado\</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Lowered Spacing’, ex.: <code>\texto\ \entrelinha-do\</code>
<code>òtextoó</code>	linha interpolada; é colocado um ângulo de abertura à esquerda e um ângulo de fecho à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>òlinhaó òinterpoladaó</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas contidas em linhas interpoladas
<code>?texto?</code>	texto de leitura duvidosa
<code><?texto?></code>	texto anulado de leitura duvidosa
<code>L</code>	linha numerada

A substituição de letras, quer por transformação, quer por sobreposição, é assinalada em nota.

Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho A

- L01 Eä Mä.CCä. X'ä: viijä. ego petrŭ fafiz tjme- die- mo.tiE
meúeú jta meu- habere ma-do diujdere . j-pnjE .
- L02 uno caÊal napoboazo- . quefujt Êuejrofafiz ÖÊua herda . Å Ö
roteaE que modo habet . Å hocaÊal derjba
- L03 da heÊte¹ . Êco- Êimeonj . talj pacto . ut nu-zä . prio, nec ²
p-poÊitŭ . nec abade habea poteÊtate-<j> ue-de-dj
- L04 nec apenora-dj . ipÊoE caÊaleE . Êed Êe- tena-t illoE
i-le-cj . martj no nunjz . Acedo
- L06 fejta i-gotemjr go- dego-demar qänta hereditate- ibj
habeo . Êaquina Å habeant . illa- . Aponte da ho-
- L07 Å ade crjnje . i M-r Apo-te do-zamejro . Å adedona
go-zina . i . M-r . a co-fria . decanaueÊeE . i . M-r . hoÊ

gafoꝞ

- L08 . i . M-r . Abracala . q̄ame-to . Āde-t Meu auer ta-tu-
que<nat> / <?que?>/ tenat- unu- anal . Āque co-pariet
- L09 unu- mujme-to pedrino . duoꝞ fratreꝞ . Ad Êeruj/^e/du-
ipÊu- monaÊteriu- i-calj
- L05 ceꝞ j-liuroꝞ . Āi-prol que ujdea-t domoeÊtejro . Ā Mando .
uno caÊal Ame-louÊado . una . uaca Apet∅ martjniz . una .
iuue-ca . houꝞ fratreꝞ
- L10 Êc-j Êimeo- X . M-r . que me habeat- i- me-te i-ÊuaꝞ
orationeꝞ . hocaÊal le-te iacet . por . X . M-r . q̄e
- L11 no . loguo . noꝞo auer . ĀhocaÊal derjba da heꝞte q̄eno
. viij . M-r honoÊo . Ā Ma-do que jaca
- L12 uo caÊal pet∅ j„nÊ . por hoÊmorauedioꝞ . <...> que jacet .
ho quema-do aÊa- Êimeo- .
- L13 aÊa- Êimeo-j una almozala . Āunoplomazo . unafaceroaúá .

Notas:

- ¹ da heꝞte] com ‘Ꝟ’ emendado de um ‘c’
- ² nec] com ‘c’ emendado de um ‘Ꝟ’

Testamento de Petrus Fafiz/Fafilaz de 1210 – Testemunho B

- L01 Sv̄b . eā . `ä . ccā . `ã . viijā . Ego Petrŭ fafila timenꝞ die-
mortiꝞ meúeu . facio manda dem-a
- L02 „editate Ā de m-o cenÊu in remiÊEione m-o% peccaminu- .
Jn p̄niꝞ `ando `onaÊt’io Êci-
- L03 ÊymeoniꝞ . ií . caÊale i- apoboacion . q̄ fui deÊuerio fafiz
cu- q̄anto ad illu- tinet . v̄cĀ . arroteaꝞ
- L04 quaÊ m∅ ha`t . f in rippa daliÊte aliud caÊale . tali pacto .
ut nu-qāá po, nec aliqꝞ
- L05 habeat poteÊtate- uendendi n pigno,andi ipÊoÊ p’dictoÊ
caÊaleꝞ . S; Êem teneat- illoÊ duo
- L06 fr-es ad utilitate- p’dicti monaÊt’ij . vidĀ . in libriÊ Ā i-

- caliciŒ Ā in alia fectancia huiŒ mo
- L07 naĒt'iqjŒ . Et mando . i . caĒale inleenti Martino nuniz .
Acedofecta ingontemir de go-demar
- L08 qānta- „editate- ibi habeo . Ā Ēoluat- Āhabeat- . Ad po-te
da huŒm . ĀCrineŒ . i . mr̃ . Ad
- L09 ponte de donzameiro . Ā d' dona go-cina . i . mr̃ Ad co-fra-
ria * canaueĒeŒ . i . mr̃ AgafoĒ
- L10 i . m' - . Adbrachara qtam-tu- . f dent tantu- de m-o cenĒu
que- teneat- . i . anale
- L11 Ā que- co-paret- unu- monum-tu- pedrinu- . Ame-do
louĒado . i . uaca . Ad petru- martiniz
- L12 iā . iuuencula . Adfr'eĒ Ēci- ĒymeoniŒ . X . mr- . q me
habeat- i- mente i- ĒuiĒ o,-onibŪ .
- L13 CaĒale deleenti Ēoluat- de nr-o cenĒu . que iacet dece-
aureiĒ . CaĒale de rippa daliĒte iacet
- L14 viiiij . Ā Ēoluat- illu- de nr-o . f ma-do ut mittat- in pig -
noribŪ caĒal d' petŒ io„neĒ xx mr̃
- L15 Ā Ēoluat- da poboacio- . Ā aut interim / caĒal / de petro i„iĒ
Ēeruiat Ēco- Ēymeone . Et Ēco- Ēyme/one- /
- L16 i . almutala . Ā i . plumacio . Ā i . faceiroa . Et Rogo ĀMando
po,e- Ēci- ĒimeoniĒ Āmā-
- L17 Ēupnu- Mene-du- pet q faciat- om-a mea ma-da i-pleri .
f Ēi fo,te mea mulie° Āfiliújú mi- ea
- L18 noluerint i-pleri po, . ĀMene-dŪ pet rege- Ā
archiep-m < faciat- i-ple'e .
- L19 < aut Ēe

2.2. Edição de Tipo II – paleográfica com transcrição larga em tipo medieval

Apesar de conservar o conjunto de caracteres presente no manuscrito este tipo de edição apresenta algumas intervenções editoriais notórias de carácter interpretativo. Este tipo de edição será provavelmente o mais recomendável para processamento informático dos textos através, nomeadamente, de geradores de concordâncias e de *indices uerborum*.

Uma importante diferença entre o Tipo I e o Tipo II é o facto de este incorporar no rodapé a tradição editorial do texto: ou seja, são assinaladas em notas de rodapé todas as divergências relativas as outras edições. Uma edição de Tipo II é mais consentânea com este procedimento filológico por dar a separação de palavras gráficas de acordo com critérios lexicais: uma vez que a generalidade das edições se rege pelo mesmo princípio, uma edição de Tipo II permite mais facilmente o confronto de leituras divergentes palavra a palavra.

A separação de palavras é indicada por ‘_’ seguido de espaço, a junção de partes de palavras é indicada por ‘+’.

Não é feita a separação dos pronomes enclíticos em relação à forma verbal precedente (embora esta possa ser feita numa edição destinada a processamento electrónico de acordo com as necessidades específicas do investigador).

Letras omitidas pelo escriba são restituídas entre []. Importa reconhecer que nem todas as omissões se podem atribuir claramente a lapso escribal, como é o caso frequente da omissão de ‘n’ pré-consonântico. Este procedimento destina-se sobretudo a facilitar a organização de concordâncias e de *indices uerborum*, e a eventual lematização das formas.

A translineação não marcada no manuscrito é assinalado por ‘-’. Visto que se trata de um tipo de edição que permite a geração de edições para processamento informático será conveniente restituir a palavra juntando na mesma linha (na linha em que começa a palavra) as partes separadas, mantendo no entanto o hífen como indicador de translineação. Este procedimento editorial permite a extracção automática da forma completa.

Convenções editoriais:

<texto> texto legível anulado ou rasurado; se a edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Strikethrough’, ex.: texto anulado

<code>texto</code>	texto sopontado
<code><...></code>	texto ilegível anulado ou rasurado (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
<code>[...]</code>	texto ilegível devido a impossibilidade de leitura causada por acidente no suporte material (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
<code>*</code>	letra ilegível
<code>< ></code>	espaço em branco entre palavras deixado pelo escriba
<code>[]</code>	espaço em branco entre palavras provocado por lavagem ou raspagem
<code>/texto/</code>	texto (letras, palavras, ou sequências de palavras) interpolado na entrelinha superior; é colocado um ‘slash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>/texto/ /entrelinhado/</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Raised Spacing’, ex.: <code>/texto/ /entrelinhado/</code>
<code>\texto\</code>	texto interpolado na entrelinha inferior; é colocado um ‘backslash à esquerda’ e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>\texto\ \entrelinhado\</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Lowered Spacing’, ex.: <code>\texto\ \entrelinhado\</code>
<code>òtextoó</code>	linha interpolada; é colocado um ângulo de abertura à esquerda e um ângulo de fecho à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <code>òlinhaó òinterpoladaó</code> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas contidas em linhas interpoladas
<code>?texto?</code>	texto de leitura duvidosa
<code><?texto?></code>	texto anulado de leitura duvidosa

[texto]	restituição de letras omitidas
texto_	palavra não separada da seguinte no manuscrito
tex+to	partes de uma mesma palavra separadas no manuscrito
tex-to	partes de palavra separadas por translineação sem sinal escribal
tex,to ou tex~to	partes de palavra separadas por translineação com sinal escribal
L	linha numerada

Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho A

- L01 Eä Mä.CCä. X'ä: viijä. ego petrŭ fafiz tjme-Œ die- mo,tiŒ
meüeu jta meu- habere ma-do diujdere . j-¹ p mjŒ .
- L02 uno caÊal na_ poboazo- . que_ fujt _ Êuejro_ fafiz Ö ² Êua
herda ³ . Å Ö ⁴ roteaŒ que modo habet ⁵ . Å ho_ caÊal de_ rjba
- L03 d_ a+heŒte ⁶ . Êco- Êimeonj . talj pacto . ut nu-çä . prio, nec
⁷ p-poÊitŭ . nec abade habea poteÊtate-<j> ue-de-dj
- L04 nec apenora-dj . ipÊoŒ caÊaleŒ . Êed Êe- tena-t ⁸ illoŒ
duoŒ fratreŒ . Ad Êeruj/^e-/du- ⁹ ipÊu- monaÊteriu- i- calj
- L05 ceŒ j-¹⁰ liuroŒ . Å i- prol que ujdea-t do_ moeÊtejro .
Å Mando . uno caÊal i- le-cj . martj+no nunjz . A_ cedo
- L06 fejta i- gotemjr _ go- de_ go-demar ¹¹ qänta ¹² heredita-
te- ibj habeo . Êaquina Å habeant ¹³ . illa- ¹⁴ . A_ ponte d_
a+ho- ¹⁵
- L07 Å a_ de crjnŒ . i M-r ¹⁶ A_ po-te do- zamejro . Å a_
de_ dona go-zina . i . M-r . a co-fria ¹⁷ . de_ canaueÊeŒ . i .
M-r . hoÊ gafoŒ
- L08 . i . M-r . A_ bracala . qtame-to . Å de-t Meu auer ta-tu-
_ que_ <nat> / <?que?>/ tenat- ¹⁸ unu- anal . Å _ que
co-pariet
- L09 unu- mujme-to pedrino ¹⁹ . A_ me- louÊado . una . uaca A_
petØ martjnŒ . una . iuue-ca . houŒ fratreŒ
- L10 Êc-j Êimeo- X . M-r ²⁰ . que me habeat- i- me-te i- ÊuaŒ
orationeŒ . ho_ caÊal _ le-te iacet . por . X . M-r . qte

- L11 no . loguo . noŕo auer . Å_ ho_ caŕal de_ rjba d_ a+heŕte
qteno . viiiij . M-r_ ho_ noŕo . Å Ma-do que jaca
- L12 uo caŕal petø j„nŕ . por hoŕ morauediø . <...> que jacet
. ho que_ ma-do a_ ŕa- ŕimeo- .
- L13 a_ ŕa- ŕimeo-j ²¹ una almozala . Å_ uno_ plomazo . una_
faceroaúaú .

Notas:

Obs: quando AMM1 e AMM2 coincidem, dou apenas uma leitura assinalando-a com a sigla AMM

¹ j-] AMM ‘Jn’

² Õ] AMM ‘com’

³ herda] AMM *id.*, e acrescenta ‘(sic)’

⁴ Õ] AMM ‘com’

⁵ habet] AMM *id.*, e acrescenta em nota: «Na palavra ‘habet’, vê-se sobre ‘e’ um sinal de abreviatura riscado.»; há um sinal abreviativo geral sobre o ‘t’ que foi riscado

⁶ d_ a+heŕte] com ‘ŕ’ emendado de um ‘c’; AMM ‘dahegte’; a letra ‘g’ desta mão é constituída por quatro traços, pelo que o terceiro carácter da sequência ‘heŕte’ não pode ser considerado uma instância de ‘g’. Não posso, portanto, aceitar a inclusão por AMM da forma ‘hegte’ no conjunto de “formas raras, que manifestam opções gráficas pontuais associadas a ensaios isolados de escrita em romance, ... outra característica da primitiva produção documental.” (*op.cit.*, p. 502).

⁷ nec] com ‘c’ emendado de um ‘ŕ’; AMM ‘neg’; v. nota anterior.

⁸ tena-t] AMM ‘teneât’

⁹ Êeruj/e-/du-] AMM1 ‘seruj<e>du’, AMM2 ‘seruj<e>du)’

¹⁰ j-] AMM1 ‘j’, AMM2 ‘j’

¹¹ go- dego-demar] AMM ‘de gō de gōdemar’, e acrescenta ‘(sic)’

¹² qãnta] AMM1 ‘quañta’, AMM2 ‘quanta’

¹³ habeant] AMM1 ‘hãbeant’, AMM2 ‘habeant’

¹⁴ ïlla-] AMM ‘illa’

¹⁵ d_ a+ho-] AMM ‘dahō’

¹⁶ M-r] AMM ‘Morauedi’; nas linhas 7 e 8 AMM transcreve a abreviatura da mesma forma.

¹⁷ co-fria] por ‘co-fraria’; AMM ‘cōfria’, e acrescenta ‘(sic)’

- ¹⁸ tenat-] AMM ‘teneāt’
- ¹⁹ pedrino] AMM ‘pedrino’; sobre o ‘p’ está um sinal abreviativo com o valor de ‘re’ que parece ter sido anulado por um traço que o cruza; o ‘e’, com um módulo ligeiramente inferior ao habitual, foi encaixado entre o ‘p’ e o ‘d’
- ²⁰ M-r] AMM ‘Moraueudios’; mais abaixo, na mesma linha e na linha 11, AMM transcreve da mesma forma.
- ²¹ Êimeo-j] AMM ‘simeonj’

Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho B

- L01 Sv̄b . eā . āā . ccā . ā . viijā . Ego PetrŪ fafila[z]¹ timenē
die- mortiē meúeu . facio manda de_ m-a
- L02 „editate Å ² de m-o cenēu in remiēione m-o% peccaminu-
. Jn pmiē āando āonaēt’io Êci-
- L03 Êymeoniē . iī . caēale i- a_ poboacion . q fui de_ Êuerio
fafiz cu- qānto ad illu- tinet . vāÅ . arroteaē
- L04 quaē m̄ hāt . f in rippa d_ aliēte aliud caēale . tali pacto
. ut nu-qāā po, nec aliqē
- L05 habeat poteētate- uendendi n pigno, andi ipēōē p’dictoē
caēaleē . S; ³ Êem teneat- illoē duo
- L06 fr-es ad utilitate- p’dicti monaēt’ij . vidā . in libriē Å i-
caliciē Å in alia fectancia huiŪ mo
- L07 naēt’iϕjϕ . Et mando . i . caēale in_ leenti Martino nuniz . A_
cedofecta in_ gontemir de go-demar
- L08 qānta- „editate- ⁴ ibi habeo . Å Êoluat- Å_ habeat- . Ad
po-te d_ a+huúm . ÅCrineē ⁵ . i . mr̄ ⁶ . Ad
- L09 ponte de don_ zameiro . Å dona go-cina . i . mr̄ Ad co-fra -
ria ^a canaueēēē . i . mr̄ A_ gafoē
- L10 i . m°- . Ad_ brachara qtam-tu- . f dent tantu- de m-o
cenēu_ que- teneat- . i . anale
- L11 Å _ que- co-paret- unu- monum-tu- pedrinu- . A_ me-do
louēado . i . uaca . Ad petru- martiniz
- L12 iā . iuencula . Ad_ fr-eē Êci- Êymeoniē . X . mr̄ ⁷ . q me
habeat- i- mente i- Êuiē o,-onibŪ .

- L13 CaÊale de_ leenti Êoluat- de nr-o cenÊu . que iacet _ dece-
aureiÊ . CaÊale de rippa d_ aliÊte iacet
- L14 viiiij . Â Êoluat- illu- de nr-o . f ma-do ut mittat- in pig -
noribŪ caÊal petØ io,,neÊ xx mr⁸
- L15 Â Êoluat- da poboacio- . Â ⁹ aut interim /caÊal/ de petro i,,iÊ
Êeruiat Êco- Êymeone . Et Êco- Êyme/one- /
- L16 i . almutala ¹⁰ . Â i . plumacio . Â i . faceiroa . Et Rogo Â
Mando po,e- Êci- ÊimeoniÊ Â_ mã-
- L17 Êupnu- Mene-du- pet q faciat- om-a mea ma-da i-pleri .
f Êi fo,te mea mulie^o Â_ filiújú mi- ea
- L18 noluerint i-pleri po, . Â_ Mene-dŪ pet _ rege- Â _
archiep-m < ¹¹ faciat- i-ple^oe .
- L19 < aut Êe ¹²

Notas:

Obs: quando AMM1 e AMM2 coincidem, dou apenas uma leitura assinalando-a com a sigla AMM

¹ fafila[z]] AMM ‘fafila’

² Â] AMM ‘et’; AMM transcreve a nota tironiana como ‘e’ no Testemunho A e ‘et’ no Testemunho B

³ S;] = ‘Sed’; AMM ‘scilicet’

⁴ „editate-] AMM1 ‘hereditatē, AMM2 ‘hereditatē’

⁵ Crines] AMM1 ‘Crines’, AMM2 ‘Crines’

⁶ mr ~] AMM ‘morabetino’; mais abaixo nas linhas 9 e 10, AMM transcreve a abreviatura da mesma forma

⁷ mr-] AMM ‘morabetinos’

⁸ mr ~] AMM ‘morabetinos’

⁹ Â] AMM ‘et’, e acrescenta ‘(?)’

¹⁰ almutala] AMM id., e acrescenta em nota: «O ‘t’ da palavra ‘almutala’ sobrepõe-se a um ‘z’ previamente desenhado. Por outro lado, o traço vertical do ‘t’ é excessivamente alto, como se o ‘t’ tivesse sido desenhado a partir de ‘l’. »; o ‘t’ foi de facto desenhado sobre um ‘z’ (cf. a forma ‘almozala’ no Testemunho A), e o traço vertical é equivalente a um ‘l’, o que parece indicar que o escriba fez dois erros sucessivos: primeiro traçou um ‘z’ que quis emendar traçando outra letra; tendo traçado um ‘l’, provavelmente por antecipação da sílaba seguinte, acabou por traçar finalmente um ‘t’.

- ¹¹ O sinal de interpolação corresponde no ms. a dois traços paralelos oblíquos, como duas plicas longas.
- ¹² < aut Êe] AMM ‘<aut per se>’, e acrescenta em nota: «Na verdade, ‘aut per se’ aparece não na entrelinha, mas sob a última linha. Um sinal colocado na linha e junto de ‘aut per se’ assinala o lugar onde deve entrar a correção.»; uma vez que a interpolação ocorre, não na entrelinha superior, mas debaixo da última linha, julguei conveniente transcrever a sequência como se ocupasse uma linha adicional de texto.

2.3. Edição de Tipo III – paleográfica com transcrição larga em tipo normal

A diferença fundamental entre o Tipo III e o Tipo II é a utilização de um tipo normal na transliteração do conjunto de caracteres medieval: o abandono de um tipo medieval leva necessariamente a um aumento considerável das operações de transliteração, quando se pretende obter uma edição legível. Na realidade, a transliteração de um texto medieval com um tipo normal pode perfeitamente contemplar a representação dos caracteres medievais, através de uma série complexa de convenções de transliteração; no entanto, este tipo de edição traz como desvantagem uma representação do texto de legibilidade difícil (cf. a proposta de Parkinson 1983).

O abandono do tipo medieval numa edição de Tipo III leva, portanto, à não distinção na transcrição de caracteres com o mesmo valor representacional: são assim eliminados da edição ‘r redondo’ e ‘r caudato’, ‘m’ e ‘n’ finais caudatos, e ‘s alto’.

As letras sobrescritas de módulo reduzido com valor abreviativo são transliteradas através de letras de módulo normal posicionadas sobre a linha entre | l. Uma vez que as letras sobrescritas com valor abreviativo servem para abreviar ‘u’ na sequência ‘qu’ e ‘r’, uma alternativa a este procedimento seria a transcrição de ‘u’ e ‘r’ entre parênteses e da letra sobrescrita por uma letra de módulo normal, como fazem alguns editores; assim: ‘q|iltame~to’ ou ‘q(u)itame~to’, ‘plilmjs’ ou ‘p(r)imjs’.

No que concerne as abreviaturas o sinal geral de abreviação é objecto de um tratamento especial: as abreviaturas vocabulares, produzidas quer por contracção quer por suspensão, são representadas pela sequência de letras presente no manuscrito transcrita na edição entre chavetas. Mas quando o sinal geral de abreviação tem valor sub-lexical é transliterado ou por til, quando substitui as letras consonânticas ‘m’ e ‘n’, ou por uma sequência de letras entre ().

Os caracteres especiais de abreviação são substituídos por sequências literais entre (); nas abreviaturas sistemáticas que resultam da modificação de uma letra com adição de um sinal especial, a “letra de apoio” da abreviatura é transliterada sem indicação de desabreviamento e as restantes entre (); por ex.º ‘ ’ é transliterado

como ‘p(er)’; ‘ ’ é transliterado como ‘p(ro)’. O desenvolvimento de abreviaturas sistemáticas pode levantar alguns problemas, pois algumas abreviaturas têm valores distintos de acordo com o contexto (morfológico ou lexical) e de acordo com a época: a substituição dos caracteres abreviativos por sequências de letras resulta sempre de um acto de interpretação, que constitui uma intervenção editorial importante, a qual, por alterar significativamente a aparência gráfica e grafémica do texto, deve ser pesada caso a caso e com o maior escrupulo.

A utilização de um tipo normal não permite representar fielmente todos os sinais de pontuação; assim, para cada texto devem ser explicitadas convenções de transcrição que permitam representar de forma não ambígua a pontuação original. Para alguns caracteres, como ponto simples, vírgula, cólon, não há problemas de transcrição; para outros sinais haverá necessidade de explicitar convenções especiais.

Convenções editoriais:

<texto>	texto legível anulado ou rasurado; se a edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Strikethrough’, ex.: <texto> <anulado>; texto sopontado; obs.: a inclusão na edição de etiquetagem SGML ou XML obrigará à substituição dos ângulos por uma outra convenção editorial
<...>	texto ilegível anulado ou rasurado (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
[...]	texto ilegível devido a impossibilidade de leitura causada por acidente no suporte material (com quantidade de letras ilegíveis indeterminada)
*	letra ilegível
< >	espaço em branco entre palavras deixado pelo escriba
[]	espaço em branco entre palavras provocado por lavagem ou raspagem
/texto/	texto (letras, palavras, ou sequências de palavras) interpolado na entrelinha superior; é colocado um ‘slash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: /texto/ /entrelinhado/ — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento infor-

mático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Raised Spacing’, ex.: /texto/ /entrelinhado/

\texto\	texto interpolado na entrelinha inferior; é colocado um ‘backslash’ à esquerda e outro à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: \texto\ \entrelinhado\ — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas entrelinhadas; se edição não se destinar a tratamento informático, que obrigue à utilização estrita de caracteres ASCII, pode usar-se também o código de processamento de texto ‘Lowered Spacing’, ex.: \texto\ \entrelinhado\
<texto>	linha interpolada; é colocado um ângulo de abertura à esquerda e um ângulo de fecho à direita de qualquer sequência de letras não interrompida por espaço branco, ex.: <linha> <interpolada> — este procedimento permite extrair de uma edição para tratamento informático todas as formas contidas em linhas interpoladas
?texto?	texto de leitura duvidosa
<?texto?>	texto anulado de leitura duvidosa
{texto}	abreviatura vocabular, por contracção ou suspensão, com sinal abreviativo geral
(texto)	expansão de abreviatura sistemática; desabreviamento do sinal geral de abreviação com valor sub-lexical e sistemático
ltextol	letras sobrescritas com valor abreviativo; letras sobrescritas em numerais
[texto]	restituição de letras omitidas
texto_	palavra não separada da seguinte no manuscrito
tex+to	partes de uma mesma palavra separadas no manuscrito
tex=to	palavra dividida por translineação com sinal escribal (translineação escribal)
tex-to	palavra dividida por translineação sem sinal escribal (translineação editorial)
~	transliteração do sinal geral de abreviação quando substitui as letras consonânticas ‘m’ e ‘n’

- Ⓜ sinal de interpolação escrital no ms. (cf. Testamento de Petrus Fafiz/Fafila de 1210, Testemunho B)
- & nota tironiana e ‘et’ (‘ampersand’)
- (sinal) sinal tabeliônico ou sinal de confirmação
- L linha numerada

Testamento de *Petrus Fafiz/Fafila* de 1210 – Testemunho A

- L01 Elal Mlal.CC!al. X`lal: viijlal. ego petrus fafiz tyme`s die` mortis me`e` jta
meu` habere ma`do diujdere . j`_ plilmjs .
- L02 uno casal na_ poboazo` . que_ fujt d(e)_ suejro_ fafiz (con)_ sua herda . &
(con) roteas que modo habet . & ho_ casal de_ rjba
- L03 d_ a+heste . {sco} simeonj . talj pacto . ut nu`qlal(m) . prior nec p(re)posi-
tus . nec abade habea potestate`<j> ue`de`dj
- L04 nec apenora`dj . ipsos casales . sed se`p(er) tena`t illos duos fratres . Ad
seruj`e`/du` ipsu` monasteriu` i`calj-ces
- L05 j`_ liuros . &_ i`_ prol que ujdeat` do_ moestjro . & Mando . uno casal i`_
le`cj . martj+no nunjz . A_ cedo-fejta
- L06 i`_ gotemjr d(e)_ go` de_ go`demar qlalnta hereditate` ibj habeo . saquena
& habeant . illa` . A_ ponte d_ a+ho`
- L07 & a_ de crjnjs . i {Mr} A_ po`te d(e) do`_ zamejro . & a_ de_ dona go`zina
. i . {Mr} . a co`f[ra]ria . de_ canaueses . i . {Mr} . hos gafos
- L08 . i . {Mr} . A_ bracala . qliltame`to . &_ de`t Meu auer ta`tu` p(er)_ que
<nat> /<?que?> / tena`t unu` anal . &_ p(er)_ que co`pariet
- L09 unu` mujme`to pedrino . A_ me`lousado . una . uaca A_ petlol martjniz . una
. iuu`ca . hous fratres
- L10 sc`j simeo` ; X . {Mr} . que me habeat` i` me`te i`_ suas orationes . ho_
casal d(e)_ le`te iacet . por . X . {Mr} . qlilte-no .
- L11 loguo . p(er) noso auer . &_ ho_ casal de_ rjba d_a+heste qlilteno d(e) .
viiiij . {Mr} p(er)_ ho_ noso . & Ma`do que jaca
- L12 uo casal d(e) petlol {jhns} . por hos_ morauedios . <...> que jacet . ho que_
ma`do a_ sa` simeo` .

L13 a_ sa~ simeo~j una almozala . &_ uno_ plomazo . una_ faceroa'á' .

Testamento de *Petrus Fafiz/Fafila* de 1210 – Testemunho B

L01 Sv̄b . elal . mlal . cclal . x'lal . viijlal . Ego Petrus fafila timens die~ mortis me'é' . facio manda de_ m(e)a

L02 h(er)editate & de m(e)o censu in remissione m(e)o(rum) peccaminu~ . Jn p|lmis mando monast(er)io {sci}

L03 symeonis . ilml . casale i~ a_ poboacion . {qd} fui de_ suerio fafiz cu~ qlalnto ad illu~ p(er)tinet . {vdlc&} . arroteas

L04 quas mlol hab(e)t . & in rippa d_ aliste ; aliud casale . tali pacto . ut nu~qlalm plilor nec aliqlils

L05 habeat potestate~ uendendi nlcl pignorandi ipsos p(re)dictos casales . S(ed) semp(er) teneat~ illos duo

L06 {fres} ad utilitate~ p(re)dicti monast(er)ij . {vidlc&} . in libris & i~ calicis & in alia p(ro)fectancia huius mo-nast'i'j' .

L07 Et mando . i . casale in_ leenti Martino nuniz . A_ cedofecta in_ gontemir de go~demar

L08 qlalnta~ h(er)editate~ ibi habeo . & p(er)soluat~ &_ habeat~ . Ad po~te d_ a+hu'm . &_ Crines . i . {mrb} . Ad

L09 ponte de don_ zameiro . & d(e) dona go~cina . i . {mrb} Ad co~fraria d(e) canaueses . i . {mrb} A_ gafos

L10 i . {mr} . Ad_ brachara qliltam(e)tu~ . & dent tantu~ de m(e)o censu p(er)_ que~ teneat~ . i . anale

L11 & p(er)_ que~ co~paret~ unu~ monum(en)tu~ pedrinu~ . A_ me~do lousado . i . uaca . Ad petru~ martiniz

L12 ilal . iuuencula . Ad_ {fres} {sci} symeonis . X . {mr} . qlil me habeat~ i~ mente i~ suis {oronibus} .

L13 Casale de_ leenti p(er)soluat~ de {nro} censu . que iacet p(ro)_ dece~ aureis . Casale de rippa d_ aliste iacet

L14 p(ro) viijj . & p(er)soluat~ illu~ de {nro} . & ma~do ut mittat~ in pignoribus casal d(e) petlol {iohnes} p(ro) xx {mrb}

- L15 & p(er)soluat̃ da poboaciõ . & aut interim /casal/ de petro {ihis} seruiat
{sco} symeone . Et {sco} syme/onẽ /
- L16 i . almutala . & i . plumacio . & i . faceiroa . Et Rogo &_ Mando plilorẽ
{sci} simeonis &_ {mm}
- L17 suplilnũ Menẽdũ petlil qlil faciat̃ om̃ia mea mãda ĩpleri . & si forte mea
mulier &_ fili j' mĩ ea
- L18 noluerint ĩpleri ; plilor . &_ Menẽdus petlil p(er)_ regẽ & p(er)_
archi{epm} ® faciat̃ ĩplere .
- L19 ® aut p(er) se

2.4. Edição de Tipo IV – interpretativa

A edição interpretativa apresenta um máximo de intervenções editoriais com o propósito de apresentar um texto facilmente legível a um leitor não especialista em questões filológicas ou linguísticas, ou a um linguista interessado em aspectos linguísticos para os quais o acesso à aparência gráfica original não é fundamental, como aspectos do léxico¹⁰ e da sintaxe.

A transcrição, realizada a partir de uma série de operações de transliteração que modificam profundamente a “fisionomia” gráfica e grafémica do texto, é feita de forma a permitir a apresentação do texto com uma aparência modernizada, i.e normalizada e regularizada relativamente a certas convenções gráficas.

Em meu entender, a “fixação” de um texto medieval a partir de um tipo interpretativo de edição como o Tipo IV aqui apresentado só faz sentido e só se justifica se a edição interpretativa se basear num tipo mais conservador de edição realizado previamente, idealmente uma edição de Tipo I, como foi acima descrito.

Convenções editoriais:

É introduzida pontuação modernizadora, de forma a facilitar a compreensão do texto. A introdução de pontuação não implica necessariamente a completa supressão da pontuação original: de facto, em muitas ocasiões a pontuação do

¹⁰ Numa edição destinada especificamente a tratamento lexical poderá haver outros tipos de intervenção editorial, como a uniformização gráfica para efeitos léxico-estatísticos, ou a união de formas que compõem lexias complexas para estudo da toponímia e das terminologias medievais (cf. os diversos trabalhos de análise léxico-estatística de Olinda Santana da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

manuscrito corresponde a pontuação forte moderna, ou seja, aquela pontuação que separa grandes unidades do texto, como frases ou períodos, e até parágrafos.

A capitalização é normalizada de acordo com as convenções modernas, ou seja, todos os nomes próprios são capitalizados, bem como alguns termos referentes a cargos e instituições públicas, como ‘Rei’; ‘Rainha’, ‘Reino’, ‘Sé’. A identificação de topónimos para efeitos da sua capitalização, e eventual lematização no âmbito da realização de um léxico ou da codificação dos textos, não é uma operação simples ou linear: muitos nomes de lugar derivam de expressões complexas com nomes comuns (por ex.^o ‘vila de X’, em que X é um antropónimo ou um título de um cargo público), e não é fácil avaliar num texto medieval se determinada expressão é simplesmente uma designação ou se constitui já uma lexia complexa cristalizada num nome próprio¹¹.

A intervenção editorial numa edição interpretativa é profunda no tratamento das abreviaturas. Sendo o braquigrafismo um das características mais marcantes dos textos medievais, a sua transliteração sem qualquer indicação de desabreviamento vai inevitavelmente introduzir importantes modificações na aparência original do texto.

Todas as abreviaturas são “desabreviadas”, ou seja, transliteradas através de sequências literais, com excepção da nota tironiana e do ‘et’, que são transliterados como ‘&’, e das abreviaturas ‘ts.’ (= ‘testis’), ‘conf.’ (= ‘confirmans/confirmando/confirmando’) e ‘mr./mrb.’ (= ‘morabitino(s)/morauedio(s)/etc.’).

O sinal geral de abreviação com valor de letra consonântica nasal em posição final é transliterado por ‘n’ ou ‘m’, de acordo com o contexto ou, eventualmente, com formas extensas presentes no texto. Esta não é uma questão simples, devido à peculiaridade da ocorrência, em textos portugueses ou textos latino-portugueses muito romanceados, de ‘m’ final para representar a nasalidade da vogal precedente em contextos gráficos que tinham ‘n’ na tradição latina. A opção por ‘m’ final ou ‘n’ final tem consequências significativas para a “aparência” gráfica da edição interpretativa, uma vez que a adopção de ‘m’ final dará ao texto um carácter graficamente portuguêsado que ele, de facto, pode não ter.

Certas alografias, presentes ainda no Tipo III, são eliminadas: ‘i caudato’ é transcrito como ‘i’, ‘V/v’ são transcritos como ‘U/u’, excepto nos numerais. A distinção entre ‘i/u’ “consonânticos” (i.e. representando [dʒ] e [v] respectivamente) e ‘i/u’ “vocálicos”, praticada por muitos editores, não é, no entanto, feita.

¹¹ Sobre este assunto veja-se o artigo de Clara Nunes Correia (2000) para uma perspectiva semântica sobre os nomes próprios em português.

É introduzida acentuação para distinguir palabras homógrafas, e clarificar o sentido do enunciado.

As plicas (sobre letras vocálicas) são eliminadas.

O texto anulado não é transcrito.

O texto restituído, quer para suprir lapsos escribais, quer para clarificar o sentido do enunciado, é indicado entre [].

A separação de palabras é normalizada sem qualquer indicación. Os pronomes clíticos são separados das formas verbais por hífen. Quando a junção de palabras no manuscrito corresponde a crase vocálica a separação é feita com apóstrofe, exceptuando-se os casos de contracção de preposición e artigo ou pronome.

O texto é dividido em parágrafos numerados, mantendo-se a indicación das linhas numeradas.

Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho A

P01 ^{L01} Era M^a CC^a XL^a VIII^a.

P02 Ego Petrus Fafiz, timens diem mortis mee, ita meum habere mando diuide-re.

P03 In primis, ^{L02} uno casal na poboazon que fuit de Sueiro Fafiz con sua herda, & con roteas que modo habet, & ho casal de riba ^{L03} d' Aheste Sancto Simeoni.

P04 Tali pacto ut nunquam prior nec prepositus nec abade habea potestatem uendendi ^{L04} nec apenorandi ipsos casales, sed semper tenant illos duos fratres, ad seruiendum ipsum monasterium in calices, ^{L05} in liuros, & in prol que uideant do moesteiro.

P05 & mando uno casal in Lenci Martino Nuniz.

P06 A Cedofeita ^{L06} in Gotemir de Gondemar quanta hereditatem ibi habeo; saquen-a & habeant illam.

P07 À ponte d' Ahon ^{L07} & à de Crinis, I mr.

P08 À ponte de Don Zameiro & à de Dona Gonzina, I mr.

P09 À confr[ar]ia de Canaueses, I mr.

- P10 Hòs gafos, /^{L08} I mr.
- P11 A Bracala, quitamento; & dent meu auer tantum per que tenant unum anal, & per que compariet /^{L09} unum muimento pedrino.
- P12 A Men Lousado, una uaca.
- P13 A Petro Martiniz, una iuuenca.
- P14 Hous fratres /^{L10} Sancti Simeon, X mr., que me habeant in mente in suas orationes.
- P15 Ho casal de Lente iacet por X mr.; quiten-o /^{L11} loguo per noso auer.
- P16 & ho casal de riba d' Aheste quiten-o de VIII mr. per ho noso.
- P17 & mando que iaca /^{L12} uo casal de Petro Johanis por hos morauedios que iacet ho que mando a San Simeon. /
- P18 ^{L13} A San Simeoni una almozala, & uno plomazo, una faceroaa.

Testamento de *Petrus Fafiz/Fafilaz* de 1210 – Testemunho B

- P01 ^{L01} Sub Era M^a CC^a XL^a VIII^a.
- P02 Ego Petrus Fafila[z], timens diem mortis mee, facio manda de mea /^{L02} hereditate & de meo censu in remissione meorum peccaminum.
- P03 In primis, mando Monasterio Sancti /^{L03} Symeonis I^m casale in a poboacion quod fui de Suerio Fafiz cum quanto ad illum pertinet, uidelicet arroteas /^{L04} quas modo habet, & in ripa d' Aliste, aliud casale.
- P04 Tali pacto ut nunquam prior nec aliquis /^{L05} habeat potestatem uendendi nec pignorandi ipsos predictos casales, sed semper teneant illos duo /^{L06} fratres ad utilitatem predicti monasterii, uidelicet, in libris, & in calicis, & in alia profectancia huius monasterii. /
- P05 ^{L07} Et mando I casale in Leenti Martino Nuniz.
- P06 A Cedofecta in Gontemir de Gondemar, /^{L08} quantam hereditatem ibi habeo, & persoluant & habeant.
- P07 Ad ponte d' Ahum & Crines, I mrb.
- P08 Ad /^{L09} ponte de Don Zameiro & de Dona Goncina, I mr.

- P09 Ad confraria de Canaueses, I mr.
- P10 A gafos, /^{L10} I mr.
- P11 Ad Brachara, quitamentum; & dent tantum de meo censu per quem teneant I anale, /^{L11} & per quem comparent unum monumentum pedrinum.
- P12 A Mendo Lousado, I uaca.
- P13 Ad Petrum Martiniz /^{L12} I^a iuencula.
- P14 Ad fratres Sancti Symeonis X mr., qui me habeant in mente in suis orationibus. /
- P15 ^{L13} Casale de Leenti persoluant de nostro censu, que iacet pro decem aureis.
- P16 Casale de rippa d' Aliste iacet /^{L14} pro VIII, & persoluant illum de nostro.
- P17 & mando ut mittant in pignoribus casal de Petro Iohanes pro XX mrb., /^{L15} & persoluant da poboacion, & aut interim casal de Petro Iohannis seruiat Sancto Symeone.
- P18 Et Sancto Symeonem, /^{L16} I almutala, & I plumacio, & I faceiroa.
- P19 Et rogo & mando priorem Sancti Simeonis & meum /^{L17} suprinum Menendum Petri qui faciant omnia mea manda impleri.
- P20 & si forte mea mulier & filii mei ea /^{L18} noluerint impleri, prior & Menendus Petri per regem & per archiepiscopum /^{L19} aut per se /^{L18} faciant implere.

Referências bibliográficas

- Brocardo, M. T. / Emiliano, A. (no prelo): “Considerações sobre a edição de fontes para a história da língua portuguesa”, *Santa Barbara Portuguese Studies*.
- Castro, I. / Ramos, M. A. (1986): “Estratégia e tática da transcrição”, em *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*: 99-122 (Paris: Centre Culturel Portugais / Fondation Calouste Gulbenkian).
- Correia, C. N. (2000): “Os Nomes Próprios em português e as classes nominais”, em Englebert / Pierrard / Van Raemdonck (eds.): *Actes du XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Bruxelles, 23-29 juillet 1998)*. Volume VII: *Sens et fonctions — Travaux de la section «Sémantique et pragmatique»*, (Tübingen: Max Niemeyer Verlag), pp. 127-133.
- C.S.I.C. (1944): *Normas de transcripción y edición de textos y documentos* (Madrid:

Consejo Superior de Investigaciones Científicas).

- Duarte, L. Fagundes (1997): “Para uma edição interactiva de textos antigos”, em Castro, I. (ed.): *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996). Volume II — Linguística Histórica, História da Linguística*: 411-417. (Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística)
- Ferreira, J. de Azevedo (1986): “Uma edição do Fuero Real de Afonso X, o Sábio”, em *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*: 55-64 (Paris: Centre Culturel Portugais / Fondation Calouste Gulbenkian).
- Ferreira, J. de Azevedo (1987): *Afonso X. Foro Real – Volume I: Edição e estudo linguístico* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica).
- Neto, S. da Silva (1956): *Ensaio de Filologia Portuguesa* (São Paulo: Companhia Editora Nacional).
- Nunes, E. Borges (1999): Apostila a J. Sampaio “Um método de transcrição paleográfica de impressão omnimutável sem alteração do texto transcrito”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 38: 484-487 (Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian).
- Parkinson, S. (1983): “Um arquivo computadorizado de textos medievais portugueses”, *Boletim de Filologia*, 28: 241-252.
- Pedro, S. (1994): *De notícia de torto* (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática).
- Ribeiro, M. J. (1995): *Edição dos documentos medievais do cartório de Santa Eufêmia de Ferreira de Aves* (Lisboa: Faculdade de letras da Universidade Lisboa, dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática).
- Robinson, P. (1994): *The transcription of primary textual sources using SGML* (Oxford: Office for Humanities Communication Publications, Oxford University Computing Services).
- Sampaio, J. (1999). “Um método de transcrição paleográfica de impressão omnimutável sem alteração do texto transcrito”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 38: 469-483 (Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian).

Anexo: tabela de caracteres ASCII do tipo medieval criado por Maria José Ribeiro

Nº hex	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	A	B	C	D	E	F
0	0 nul	16 dle	32 sp	48 0	64 @	80 P	96 `	112 p	128 Ā	144 ê	160 †	176	192 ÷	208 -	224 ‡	241 Ò
1	1 soh	17	33 !	49 1	65 Å	81 Q	97 a	113 q	129 Ą	145 ë	161 °	177 ±	193 ;	209 -	225 ·	242 Û
2	2 stx	18	34 "	50 2	66 B	82 R	98 b	114 r	130 Ç	146 í	162 ‡	178	194 ¬	210 "	226 ,	243 Û
3	3 etx	19	35 #	51 3	67 C	83 S	99 c	115 s	131 É	147	163 £	179	195	211 "	227 "	244 Û
4	4 eot	20	36 \$	52 4	68 D	84 T	100 d	116 t	132 Ñ	148 î	164 §	180 ¥	196 f	212 ' ,	228 %	245
5	5 enq	21 nak	37 %	53 5	69 E	85 U	101 e	117 u	133 Ö	149 ·	165	181 µ	197	213 ' ,	229 Â	246 ~
6	6 ack	22 syn	38 &	54 6	70 F	86 V	102 f	118 v	134 Ů	150 ñ	166 ¶	182	198	214 ÷	230 È	247
7	7 bel	23 etb	39 ' ,	55 7	71 G	87 W	103 g	119 w	135	151	167 ß	183	199 «	215	231	248
8	8 bs	24 can	40 (56 8	72 H	88 X	104 h	120 x	136 à	152	168 ®	184	200 »	216 ŷ	232 È	249 ~
9	9 ht	25 em	41)	57 9	73 I	89 Y	105 i	121 y	137	153	169 ©	185	201	217	233 È	250 ·
A	10 lf	26 sub	42 *	58 :	74 J	90 Z	106 j	122 z	138 ä	154 ö	170	186	202 nbsp	218	234 Í	251 ·
B	11 vt	27 esc	43 +	59 ;	75 K	91 [107 k	123 {	139 ã	155 õ	171 ´	187 ª	203 À	219	235 Î	252 ,
C	12 ff	28 fs	44 ,	60 <	76 L	92 \	108 l	124	140 à	156	172 ~	188	204 Ā	220	236 Ĩ	253 ~
D	13 cr	29 gs	45 -	61 =	77 M	93]	109 m	125 }	141 ç	157	173	189	205 Õ	221	237 Ì	254 .
E	14 so	30 rs	46 .	62 >	78 N	94 ^	110 n	126 ~	142 é	158	174 Æ	190 æ	206 Œ	222	238 Ó	255 ~
F	15 si	31 us	47 /	63 ?	79 O	95 _	111 o	127 del	143	159	175 Ø	191 ø	207 œ	223	239	256